

O PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS (JEPP): A ESCOLA A SERVIÇO DO MERCADO

João José Tomaz Aquino de Moraes¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise crítica acerca do Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) que é ofertado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) problematizando seus fundamentos teóricos e suas implicações para a educação básica brasileira. Tendo como ponto de partida uma perspectiva crítica, este estudo discute como a proposta pedagógica do JEPP incorpora a lógica empreendedora como eixo estruturante da formação escolar, dando ênfase às competências autônomas para gerir seu próprio negócio. Ao difundir a cultura do empreendedorismo desde os anos iniciais, o referido programa alinha as escolas às demandas do mercado, tirando o foco de uma formação humana plena para a adaptação às exigências do capital que, em vários momentos de crise, busca soluções para seu mantimento no poder e, certamente, a educação é o principal ponto para isso. Grosso modo, a educação passa a ser vista como investimento individual e estratégia de empregabilidade, em que há a responsabilização do sujeito por seu sucesso ou fracasso. Mediante isto, este artigo é uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, tendo como referencial textos do SEBRAE e de autores como Mészáros, Marx, Antunes, dentre outros. Conclui-se então que o JEPP expressa um movimento amplo de reconfiguração das escolas públicas, colocando-se a serviço da racionalidade mercadológica em detrimento de uma formação crítica emancipatória.

Palavras-chave: Educação. Empreendedorismo. SEBRAE. JEPP. Educação empreendedora.

Introdução

Em momentos de crises estruturais, o capitalismo se desdobra para o seu mantimento no poder e se utiliza das mais diversas estratégias, dentre as quais a educação. A partir das políticas educacionais neoliberais, principalmente a partir dos anos de 1990, há a inserção das ideias mercadológicas, através de currículos com esvaziamento pedagógico que infere o senso comum para os filhos da classe trabalhadora e a materialização de vários projetos e programas

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Campos Sales/CE. Email: joao.aquino@urca.br

ao longo do ano letivo que têm como objetivo reduzir o ensino sistematizado para os alunos da Educação Básica.

Um desses projetos neoliberais é o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que reproduz a lógica empreendedora em crianças do ensino fundamental, como também a formação continuada de professores sob o signo do capital, fomentando o desenvolvimento da atividade empreendedora.

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar de forma crítica a inserção do referido projeto pelo SEBRAE nas escolas públicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica em textos e documentos sobre o projeto JEPP e em autores que abordam a referida temática, tais como Mészáros (1989; 2006; 2008 e 2011), Antunes (2009) e Marx (2013). Deste modo, compreendemos que se trata de um programa da iniciativa privada que visa formar a classe trabalhadora com a ideia de que o empreendedorismo é a chave para a superação do desemprego.

Crise estrutural do capital e seu impacto para educação brasileira

Mészáros (2006) afirma que o sistema sociometabólico do capital é fruto de um processo histórico firmado na divisão social do trabalho que traz consigo a subalternidade ao trabalho no contexto capitalista e o trabalhador como sujeito alienado. Deste modo, o capital se materializa numa contradição histórica e indissolúvel que se mostra como detentor do poder e da dominação social e seu cerne “[...] é e continua sendo o imperativo da lucratividade” (Mészáros, 1989, p. 27).

Ao longo da história, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, as crises aparecem ligadas intrinsecamente à lógica de desenvolvimento do capital. Para Mészáros (2011), as crises a partir de 1970 concebem sua maneira de natureza estrutural, no dado momento em que inferem, de modo dialético, as cadeias do modo de produção e reprodução do capital, nas quais a totalidade do sistema se confronta com seus limites intrínsecos e estruturais.

A crise em questão, dentre outros motivos, teve sua explosão na já desclassificada e ultrapassada atuação da produção taylorista/fordista, compreendida como crise da superprodução de mercadorias, derivada do alto desenvolvimento do modo de produção

naquele momento, o que levou ao declínio das taxas de lucro devido à não atualização na produção das mercadorias (Antunes, 2009).

Deste modo, podemos ver as contradições do modo de produção capitalista que afeta a classe trabalhadora, o desemprego, a saúde, a retirada de pautas sociais, a educação, dentre outros direitos conquistados ao longo do tempo. À vista disso, as pautas sociais são entendidas como instrumentos da relação desigual entre trabalho e capital (Netto e Braz, 2006).

Podemos compreender, então, que quando há a redução da produção, reprodução e expansão do capital, a burguesia busca alternativas para superar as crises para seu mantimento no poder e sustentação do capital. Nessa esteira, ao longo do tempo, o capitalismo precisou elaborar ferramentas para administrar suas crises, ficando para o Estado a tarefa de redirecionar, transferir e neutralizar contradições no modo de produção capitalista para os demais complexos sociais (Mészáros, 2006).

Desta feita, houve uma nova organização das estruturas políticas e do trabalho com o objetivo de responder às demandas e especificidades do capitalismo em crise e sustentar seu poder de dominação sobre a classe trabalhadora. À vista disso:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 2009, p.33).

Em solo brasileiro, o processo de crise estrutural do capital teve seu ápice com a Reforma do Estado em 1995 no Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que materializou no seio do campo político e ideológico a concretização do neoliberalismo. Para efetivar suas ideias, os intelectuais neoliberais defrontavam os serviços públicos oferecidos pelo Estado, moldando sua estrutura para as privatizações – oferecidas por empresas interessadas em determinados setores.

Podemos citar aqui que um dos procedimentos mais utilizados foi o afrouxamento das atividades administrativas do Estado, no qual serviços e políticas públicas que antes eram de



inteira responsabilidade do Estado passaram a ser assumidos pelas organizações privadas da sociedade civil, configurando-se no denominado terceiro setor.²

A partir disto, podemos compreender a entrada e o aumento de grupos privados e grandes empresas na materialização de políticas públicas através dos acordos público-privados, o que significa a expansão da atuação de empresários em diversas funções no governo. À vista disso, houve uma nova configuração da atuação do Estado, que antes era visto como único fornecedor de políticas públicas, hoje passa a atuar como regulador das políticas designadas pela iniciativa privada. Deste modo, podemos compreender, à luz de Gramsci (2024), que o Estado passa a atuar em sua forma ampliada: para além de atuar como sociedade política, atua também como sociedade civil – aparelho de coerção hegemônica. Nesta mesma linha:

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é do que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (Netto e Braz, 2006, p. 227, *grifos dos autores*).

De acordo com Shiroma e Evangelista (2014), tais mudanças entre a sociedade civil e o Estado colaboram para articular em nível mundial a manutenção da hegemonia burguesa. Sabedores da posição privilegiada que a educação tem no plano ideológico na construção do pensamento e do consenso, os capitalistas defendem a ideia de que a educação está inapropriada de acordo com as suas ideias de “modernidade.”

Com essas mudanças no contexto político e econômico, houve a necessidade de que a educação adotasse as transformações acerca da nova organização do trabalho regulada na inserção do modelo toyotista³ de produção, substituindo o modelo taylorista/fordista. Deste modo, o capitalismo neoliberal, ancorado no modelo de produção toyotista, passou a necessitar de um novo tipo de operário com mão de obra qualificada e executor de vários tipos de trabalho.

² De acordo com Montañó (2010, p. 53), “O conceito “terceiro setor” foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia, dessa forma, o terceiro setor é formado a partir de recortes sociais, com interesse das classes burguesas”.

³ O Sistema Toyota de Produção não surge como mera inovação técnica, mas como resposta histórica às condições específicas do Japão no pós-guerra. Diferentemente do modelo fordista, estruturado para a produção em larga escala, como o fordismo materializado por Henry Ford, o sistema concebido por Taiichi Ohno foi orientado desde sua gênese para a flexibilidade produtiva.



Nessa conjuntura, na década de 1990, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien na Tailândia, Organismos internacionais – multilaterais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), inferiram novos rumos para a educação em países periféricos como o Brasil acerca de competências pautadas no empreendedorismo, competição, trabalho voluntário e colaboração social (Martins, 2009). Assim sendo, a necessidade de um novo tipo de operário fabril é vista como forjá-lo para o saber-fazer, em prol de novas competências, assim:

[...] as reformas educativas neoliberais buscaram flexibilizar e diversificar a organização das escolas e o trabalho pedagógico: no âmbito da pedagogia toyotista, as capacidades mudam e são chamadas de “competências”. Ao invés de habilidades psicofísicas, fala-se em desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre com o objetivo de atender às exigências do processo de valorização do capital (Pinto, 2008, p. 93).

O BM fortaleceu o desenvolvimento de políticas sociais no contexto do neoliberalismo, dando ênfase à expansão da educação e, assim, à redução da pobreza. Porém, ao fazermos uma análise crítica, vemos que tal acesso à educação não se trata de uma educação com o conhecimento sistematizado universalizado para a promoção humana, mas sim para a formação de um novo tipo de sujeito, formando o capital humano⁴ necessário para o atendimento de novos objetivos do capital. Sob esse desígnio, este organismo internacional materializou diretrizes econômico-sociais para países da periferia do capitalismo. Em documento publicado no ano de 1996, o Banco Mundial é enérgico ao afirmar:

A educação é fundamental para o crescimento econômico e o combate à pobreza. As mudanças tecnológicas e as reformas econômicas estão provocando transformações drásticas na estrutura das economias, indústrias e mercados de trabalho em todo o mundo. A velocidade com que se adquirem novos conhecimentos e o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas aumentam a possibilidade de crescimento econômico sustentado com mudanças de emprego mais frequentes ao longo da vida dos indivíduos. Esses desenvolvimentos criaram duas prioridades essenciais para a educação: ela deve atender à crescente demanda das economias por trabalhadores adaptáveis, capazes de adquirir novas habilidades com facilidade, e deve apoiar a expansão contínua do conhecimento (Banco Mundial, 1996, p.1, tradução do autor).

⁴ “Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital” (HistedBR, 2006, p.1).



É nítido o objetivo do BM de formar um novo tipo de operário, qualificando seu trabalho para o atendimento de novas demandas do mercado na sociedade do conhecimento e ampliar capacidades sob o lema “aprender a aprender”; além disso, desenvolver aptidões imprescindíveis para se transformar em sujeito empregável, seja ele qual serviço for. Ainda sobre o lema “aprender a aprender” se faz necessária a fala de Newton Duarte de que:

“Aprender sozinho seria algo que contribuiria para o aumento da autonomia do indivíduo, o passo que aprender algo como resultado de um processo de transmissão por outra pessoa seria algo que não produziria a autonomia e, ao contrário, muitas vezes até seria um obstáculo para a mesma” (Duarte, 2001, pp. 55-56).

No modo de sociabilidade capitalista, o trabalho diante do trabalhador se dá de forma abstrata, no qual o mesmo é alienado e não se reconhece como tal, uma vez que, de acordo com Marx (2013, p. 315) “[...] o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, é um poder alienado frente a ele”.

Este novo tipo de operário é forjado através da educação formal. O Relatório Delors⁵, documento que enfatiza o aprendizado como “Educação um tesouro a descobrir”, trata de uma formação evidenciada em competências e habilidades, tendo como ponto de partida quatro pilares: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a ser; aprender a conviver. No referido documento, a educação está atrelada à tarefa de sanar problemas, fora do contexto educativo, como as desigualdades, desemprego, exclusões, guerras, dentre outros (Delors, 1998).

No ano de 2004, tivemos o Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC), no qual a UNESCO advogou a inserção da educação empreendedora como um quinto pilar para o “tesouro a descobrir”, justificando essa escolha frente às mudanças nos campos econômico, social e educacional e como mecanismo para a superação das taxas de desemprego. Neste contexto:

Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o exercício da cidadania e construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRELAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: aprender a empreender (Unesco, 2004, p. 9).

⁵ O Relatório Delors, é um documento elaborado pela UNESCO tendo em vista o replanejamento do ensino. Criado por uma comissão internacional na década de 1990, tendo como referência o economista Jacques Delors, o projeto buscou estabelecer novas diretrizes para a educação no século XXI.



O pilar do *aprender a empreender* articula-se aos quatro anteriores e enfatiza o desenvolvimento da capacidade de aprender ao longo de sua história. Nessa perspectiva, a educação passa a ser vista como um projeto individual, vinculado à responsabilização do sujeito por seu próprio êxito profissional. Entendemos, pois, que uma formação estruturada nesses cinco pilares da educação expressa um projeto alinhado aos interesses do capital para a classe trabalhadora, sobretudo diante do contexto de crise e de desemprego estrutural característico do modo de sociabilidade capitalista.

Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP)

Nas escolas públicas, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com secretarias de educação, oferece o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), no ensino fundamental I e II, com um programa de curso empresarial adaptado para cada série.

De acordo com o SEBRAE, o objetivo do projeto JEPP é ampliar e desenvolver a educação empreendedora em âmbito escolar, proporcionando o empreendedorismo nas gerações futuras (Sebrae, 2016). Para o desenvolvimento das aprendizagens com foco na lógica empreendedora, o citado programa leva em consideração os já citados cinco pilares da educação, intencionando a participação dos jovens para o ato de empreender e, assim, reconhecer riscos e tomar decisões calculadas, qualidades que o SEBRAE considera essenciais para os empreendedores chegarem ao sucesso na vida pessoal e profissional (Sebrae, 2018d).

Nessa esteira, Coan (2011) afirma que o aluno é orientado a ter um sonho no qual ele será o protagonista de sua própria trajetória. A partir do despertar da emoção, ele iria para a ação com vistas à concretização do seu objetivo, mobilizando recursos internos e externos. Porém, não se explica como os alunos conseguiriam tais recursos.

Antunes (2009) considera que, a princípio do empreendedorismo, objetiva-se disseminar falácias para os filhos da classe trabalhadora acerca de “realizar um sonho”, que se trata de uma ideologia usada pelo capital. Ou seja, abrir seu próprio negócio não significa ter estabilidade financeira. O próprio SEBRAE, no ano de 2014, mostrou dados de que frequentemente microempreendedores acabam na miséria por não conseguirem sucesso em seus empreendimentos.



[...] o fechamento da empresa, ao encerrar um sonho, o desejo de ter o próprio negócio, gera sentimentos negativos no empreendedor, como frustração / perda e tristeza / mágoa além da frustração e da tristeza, ainda há a perda financeira (mais da metade dos empreendedores perde tudo ou parte do dinheiro investido - dinheiro que é, na maior parte, próprio ou de familiares) (Sebrae, 2014, p.32).

Nessas circunstâncias, Maciel (2014, p.10) afirma que “as chances de sucesso são mínimas ou atomizadas, sobretudo para os empreendedores de baixa renda, que somam mais e mais indivíduos, em contexto de transformações na dinâmica do trabalho em decorrência da flexibilização produtiva”. Barbosa (2011) explana que a inserção da formação empreendedora para alunos tem como propósito normalizar a precariedade do trabalho, na medida em que a classe trabalhadora internaliza as falácias proferidas por agentes do capital, em resposta às não oportunidades de emprego, o que é problema estrutural deste modo de sociabilidade. Reforça-se, assim, a culpa do trabalhador pelo seu próprio fracasso.

Formação de professores sob julgo do projeto JEPP

Certamente, a formação docente é tema central nos objetivos da educação empreendedora do SEBRAE. Formar professores com essa concepção ideológica significa dizer que se trata de um profissional alinhado às várias demandas de mercado que surgem constantemente de acordo com as várias crises estruturais que o capital vive. Pois, na medida em que determinadas políticas de uma época não são mais suficientes para a alienação das massas, surgem outras mais fundamentadas nos princípios neoliberais para a continuação da subalternização da classe trabalhadora. Neste sentido, o trabalho docente é moldado com base na eficiência, produtividade, empreendedorismo e criatividade.

No Brasil, o principal projeto para a educação empreendedora é o JEPP, que oferta sua formação na Educação Básica brasileira. No referido programa, o professor tem como escopo construir habilidades e competências empreendedoras nos estudantes para que eles sejam qualificados para criar e administrar seu próprio negócio.

O SEBRAE assume inteiramente a tarefa de ofertar a formação dos professores, na qual disponibiliza curso de formação continuada de 45 h para que os professores se alinhem aos conteúdos e metodologias do JEPP.

Os orientam a trabalharem os conteúdos das apostilas que são distribuídas aos alunos, nos quais os conteúdos estão de comum acordo para atender à lógica do capital. Deste modo, o



professor perde sua autoridade para conduzir suas aulas e fica subalternizado ao império do capital, tendo como função principal formar os alunos para utilizarem sua força no trabalho alienado e, ainda, ficar marginalizado ao desemprego em decorrência da estrutura do modo de produção capitalista.

No site do SEBRAE podemos ver a preparação pedagógica para os professores de 1º ao 9º ano do ensino fundamental: 1º ano: descobertas empreendedoras no jardim sensorial; 2º ano: descobrindo alimentos e temperos naturais; 3º ano: brinquedos ecológicos; 4º ano: produções culturais criativas; 5º ano: sabores e cores regionais; 6º ano: soluções sustentáveis 7º ano: robótica empreendedora; 8º ano: tecnologias digitais e soluções empreendedoras e 9º ano: geração empreendedora.

À vista disso, a educação sob o signo do capital exerce seu papel com maestria para que os indivíduos incorporem “[...] os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, adotem as metas de reprodução do sistema, ajam de maneira “adequada” e cumpram suas tarefas reprodutivas de acordo com sua posição social” (Mészáros, 2008, p. 44).

Conclusões

Ao longo deste trabalho, explanamos de forma crítica o projeto Jovem Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Vemos, pois, que se trata de um projeto neoliberal derivado da crise estrutural do capital que assola a educação básica brasileira.

A classe trabalhadora sofre consequências diretas das várias crises que o modo de produção capitalista passa, como a precarização do trabalho (neste caso, o trabalho docente), desemprego e outros serviços básicos, sobretudo a partir da passagem do sistema taylorista/fordista para o toyotista.

Deste modo, a educação passa a receber forte influência de organismos internacionais – multilaterais – a partir da década de 1990, que designam, desde então, os rumos da educação em países periféricos do capitalismo, como o Brasil. Tais organismos aligeiram o conhecimento dos estudantes, influenciam a formação dos professores e mercantilizam o ensino.

É neste ínterim que o SEBRAE promove e dissemina o empreendedorismo nas escolas públicas de todo o país, formando a classe trabalhadora para o atendimento das demandas mercadológicas. O JEPP é inserido para a juventude como uma promessa da superação do



desemprego com ideários baseados na lógica de mercado e na meritocracia, internalizando, nos alunos, um novo tipo de pensamento e atuação na sociedade gerida pelo capital.

O JEPP propõe a formação de novas gerações de trabalhadores considerados “proativos”, orientados a empreender em todas as circunstâncias de sua vida. A assimilação dessa perspectiva contribui para o fortalecimento da cultura empresarial, naturalizando a adaptação fiel às exigências do mercado. Como consequência, os sujeitos tendem a aceitar diferentes formas de precarização do trabalho e a atribuir a si mesmos a responsabilidade por futuros fracassos, não levando em conta, os condicionantes do contexto socioeconômico capitalista.

Diante de todo o exposto, vemos que a partir dessas políticas neoliberais na educação, deixamos de ter uma educação que forme a classe trabalhadora de modo amplo. Uma educação que, para além da politécnica, seja também uma educação que forme a classe trabalhadora em seu contexto omnilateral.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural**. Theomai, n. 19, p. 47-57, 2009. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/124/12415104007.pdf>. Acesso em 03 mar. 2026.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Attila Magno e Silva. **O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, PR, v. 19, n. 38, p. 121-14, fev. 2011.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 540f, 2011.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.

DUARTE, Newton **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana/ Newton Duarte — 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2008.



GRAMSCI, ANTONIO, 1891-1937. **Cadernos do cárcere [livro eletrônico]**: caderno 6 (VIII): 1930-1932: miscelânea. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. **Teoria do capital humano**. Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2006. Disponível em: <<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/teoria-do-capital-humano>>. Acesso em: 04 mar.2026.

MACIEL, Helltonn Winicius Patricio. **Que cidadania é esta?** As contradições presentes na condição do micro empreendedor cidadão em um contexto de flexibilização produtiva. In: XVII Seminário de Administração, 422., 2014, São Paulo. *Anais do XVII Seminário de Administração São Paulo*, SP, 2014.

MARTINS, André. Sociedade Neoliberal. In: LIMA, Isabel Brasil Pereira; FRANÇA, Júlio César. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Editora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A Crise estrutural do capital** / István Mészáros; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.]. – 2.ed. rev. E ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. De Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Cidade: Editora Ensaio, 1989.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010. v. 6.

NETTO, José Paulo; BRAZ Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Umberto de Andrade. **Os desafios da escola pública contemporânea**. Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade. Salvador, v.17, n. 30, p. 89-103, jul./dez., 2008.

Prioridades e estratégias para a educação: uma revisão do Banco Mundial: Prioridades y estrategias para la educacion: examen del Banco Mundial (espanhol). Desenvolvimento na prática Washington DC; Banco mundial. 1996. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/715681468329483128>. Acesso em 03. fev. 2026.

SEBRAE. **Educação Empreendedora no Ensino Fundamental**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empresendedora-no>>



ensinofundamental,0c54be061f736410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. 2018b. Acesso em 03 mar. 2026.

SEBRAE. **Educação Empreendedora**. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/sebraeaz/educacaoempreendedora,2441c681608f7510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. 2016. Acesso em 03 mar. 2026.

SEBRAE. **JEPP: preparação pedagógica de professores e central JEPP** [online]. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/preparacao-pedagogica-de-professores-e-central-jepp,40129e4007fbd710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 04 mar. 2026.

SEBRAE. **Relatório Causa Mortis**. Disponível em <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa_mortis_2014.pdf>. 2014. Acesso em: 03 mar. 2026.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança**. Revista Educação e Fronteiras, v. 4, n. 11, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>>. Acesso em: 03 mar. 2026.

UNESCO. **Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe**. 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.org/images/0013/001372/137293por.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2026.

FRPED

